

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos -- Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil – História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Relatório.

com companheiros da organização clandestina no Viaduto do Chá, onde atirou-se sobre o Vale do Anhangabaú, tendo morte instantânea. Foi sepultado por seus familiares no cemitério da Vila Formosa.

De acordo com denúncia apresentada por presos políticos, de fevereiro de 1973, reproduzida no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, Macarini foi preso pelo DOI-CODI/SP e torturado pela equipe C, dirigida pelo capitão do exército Homero Machado e pelos seguintes policiais: escrivão de polícia Gaeta; funcionário da Polícia Federal de alcunha "Alemão", tenente da Aeronáutica que participou do IPM da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, de nome Alberto; o carcereiro de alcunha "Lungaretti".

No dia 28/4/1970, Macarini foi retirado do DOI-CODI pela equipe do capitão PM Coutinho, capitão do Exército Benoni de Arruda Albernaz; capitão PM Tomas; investigador do DEIC Paulo Rosa; tenente do Cenimar de alcunha "Marinheiro", cabo PM de alcunha "DKW"; um delegado de polícia que anteriormente havia servido em São Carlos (SP), de alcunha "Dr. Raul", e outros.

Fichas sobre Roberto Macarini foram encontradas nos arquivos do DOPS de São Paulo e se referem ao suicídio, ao material de imprensa contendo a denúncia da morte sob tortura e, em uma delas, consta textualmente: torturado p/ equipe C do Exército.

O já mencionado relatório da Marinha, de 1993, confirma a versão oficial, agregando que o fato não fora noticiado para não prejudicar as operações em curso de desmantelamento da VPR. A requisição do laudo de necropsia foi feita pelo delegado Michel Miguel, está assinalada com um "T", e é assinada pelos médicos legistas Samuel Haberkorn e Paulo Augusto Queiroz Rocha, que atestaram a *causa mortis* como "*choque traumático, lesões traumáticas crânio encefálicas*".

A relatora pediu a aprovação alegando que fora confirmada a prisão e, conforme a própria ficha do DOPS, a tortura. Foi acompanhada em seu voto por todos os integrantes da CEMDP.



OLAVO HANSEN (1937-1970)

Número do processo: 082/96

\Filiação: Borborema Hansen e Harald Hansen

Data e local de nascimento: 14/09/1937, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: PORT

Data e local da morte: 09/05/1970, em São Paulo.

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Dirigente do PORT assassinado sob torturas em São Paulo, em maio de 1970, Olavo fez o curso primário em Guarulhos e continuou os estudos no Ginásio Dona Leonor Mendes de Barros, em São Bernardo do Campo, onde passou a residir. Em 1954, mudou-se para Mauá e fez o científico no Colégio Américo Brasiliense, em Santo André. Ingressou na Escola Politécnica da USP, onde freqüentou até o 2º ano do curso de Engenharia de Minas, militando no Movimento Estudantil. Antes, tinha sido *office-boy* em várias empresas, trabalhou em bancas de jornal e montou a primeira escola de datilografia de Mauá, buscando sempre custear seus próprios estudos.

Abandonou o curso de Engenharia para dedicar-se integralmente à militância sindical e política, passando a trabalhar como operário em uma fábrica de carrocerias no bairro de Vila Maria. Com o Sindicato dos Metalúrgicos sob intervenção após 1964, tornou-se ativo lutador da oposição sindical. Quando preso e assassinado sob torturas, trabalhava como operário na indústria química IAP, de fertilizantes, em Santo André.

Em seu prontuário, encontrado nos arquivos do DOPS/SP, constam diversas prisões: 07/03/1963, por distribuir panfletos sobre Cuba; 07/11/1964, por suas atividades nas recentes assembléias do Sindicato dos Metalúrgicos, sendo solto através de *habeas-corpus* em

30/11/1965. E a referência à última prisão, da qual não saiu vivo: preso e colocado à disposição da Delegacia de Ordem Social em 02/05/1970 por estar distribuindo panfletos subversivos na praça de esportes do Sindicato dos Têxteis, no dia anterior.

Olavo participava de atividades comemorativas do Dia Internacional do Trabalho, ao ser preso pelo DOPS/SP, junto com outras 18 pessoas, na praça de esportes da Vila Maria Zélia. Passou por diversos presídios – Batalhão Tobias Aguiar, QG da Polícia Militar, OBAN e finalmente DOPS, onde ficou detido na cela nº 2. No dia 5 de maio, foi retirado dessa cela e conduzido à sala de interrogatórios, onde permaneceu por mais de 6 horas. Na volta, os companheiros ouviram dele o relato das torturas sofridas: obrigado a despir-se, sofreu queimaduras com cigarros e charutos, choques elétricos oriundos do tubo de imagens de um televisor, palmatória nos pés e nas mãos, espancamentos e pau-de-arara com afogamentos. Os presos políticos passaram a exigir que fosse chamado um médico para prestar assistência a Olavo, o que só aconteceu no dia 6 de maio. Além dos ferimentos visíveis por todo o corpo, ele apresentava sinais evidentes de complicações renais e edema nas pernas.

O médico que o assistiu, Geraldo Ciscato, lotado no DOPS/SP, recomendou somente que ingerisse água, providenciando curativos em alguns ferimentos superficiais. O estado de Olavo vinha se agravando a cada dia. Os demais presos políticos promoveram manifestações coletivas para que fosse providenciada assistência médica efetiva. Tudo em vão. Somente no dia 8 de maio, quando seu estado já era gravíssimo, o médico voltou a vê-lo, dando ordens para que fosse removido a um hospital.

No dia 13 de maio, a família foi informada de que Olavo se suicidara no dia 9, intoxicado por ter ingerido o inseticida Paration. Assinou a solicitação de exame necroscópico o delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e, o laudo, os legistas Geraldo Rebelo e Paulo Augusto Queiroz Rocha. Os legistas descreveram equimoses, lesões e ferimentos, registrando que tais lesões não teriam ocasionado a morte; e concluíram que poderia ter sido decorrente de envenenamento.

Sua morte foi denunciada na Câmara dos Deputados por 27 sindicatos de São Paulo, cinco Federações Sindicais, pela Igreja, intelectuais e estudantes, como também por organizações sindicais latino-americanas, tendo como porta-voz o líder do MDB Oscar Pedrosa Horta. Diante das denúncias, o governo viu-se na contingência de abrir um inquérito, que foi encerrado com o seguinte resultado: Olavo Hansen praticara suicídio ingerindo o inseticida Paration, que mantinha escondido em suas vestes após a prisão. Nenhum dos militantes presos com Olavo foi ouvido.

Os presos políticos que se encontravam no DOPS acusaram os responsáveis pela morte de Olavo: delegado Ernesto Milton Dias e delegado Josecyr Cuoco, com suas respectivas equipes, sob o comando do investigador Sálvio Fernandes do Monte e, ainda, a colaboração do médico Geraldo Ciscato.

Somente com a abertura de alguns arquivos da repressão política se pode constatar, pela requisição de necropsia ao IML e pelo laudo, que seu corpo fora encontrado no Hospital Central do Exército, e não no Museu do Ipiranga, conforme a versão do laudo e da nota oficial dos órgãos de segurança. O Relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, registra sobre Olavo "*falecido em São Paulo, no Hospital Militar, em 8 de maio de 1970, de morte natural, segundo comprovado através de inquérito, cujo Relatório, bem como o despacho de arquivamento do Juiz Auditor, foram publicados no 'Correio da Manhã' de 20 de novembro 1970*".

O relator na CEMDP destacou que o processo protocolado incluía um detalhado depoimento da atriz Dulce Muniz, que esteve presa com Olavo Hansen. Explica ela que 13 sindicatos organizaram uma festa de 1º de Maio, no estádio Maria Zélia, com a participação de familiares, numa tentativa de reorganizar os trabalhadores. O grupo de presos foi levado para o Batalhão Tobias Aguiar e, depois, para a OBAN. Dulce tinha 22 anos e estava com o marido, Hélio, e mais 15 jovens. O mais velho era Olavo, com 30 anos, que tentava acalmar a todos. Já no DOPS, quando, uma tarde, Dulce desceu do interrogatório, Olavo quis falar com ela. Ele estava sentado no meio da cela e os companheiros tiveram que carregá-lo pelos dois braços para chegar até a janelinha da porta. Foi a última vez que o viu. Nesta mesma noite, Olavo foi levado em coma para o hospital.

O relator concluiu que "*é inaceitável a versão de suicídio e encontro do cadáver em via pública, devendo ser reconhecido, por esta Comissão, o falecimento de Olavo Hansen em 09/05/1970, por causa não natural, em dependência hospitalar militar, para onde foi levado em estado de coma, no dia anterior, estando preso, sem interrupção desde o dia 01/05/1970*".